



APPROVADO
03 / 03 / 17
Presidente

Projeto de Lei Complementar nº 001 de 10 de fevereiro de 2017.

“Cria o órgão de assessoramento da Procuradoria da Fazenda Municipal, cria cargo comissionado de Procurador da Fazenda, altera a Lei Municipal nº 1.239/09 e dá outras providências.”

Faço saber que a Câmara de Vereadores de Pontalina, Estado de Goiás, aprova, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições previstas na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída Procuradoria da Fazenda Municipal que passa a integrar a Estrutura Organizacional da Prefeitura e atuará como de assessoramento do Poder Executivo vinculada a Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º - Compete à Procuradoria da Fazenda Municipal:

- I - desenvolver atividades relativas à cobrança judicial dos créditos fiscais e tributários;
- II - apurar a liquidez e certeza dos créditos tributários e não tributários;
- III - representar privativamente, judicial e extrajudicialmente, o Município, na execução de sua dívida ativa;
- IV - representar o Município nas causas de natureza fiscal e na execução de multas decorrentes de penalidades administrativas;
- V - atuar no controle e coordenação de processos administrativos de interesse da Secretaria Municipal de Fazenda;
- VI - planejar, coordenar, supervisionar, orientar, apoiar e executar os serviços de execução da dívida ativa do Município;
- VII - desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

Paragrafo Único - Entende-se como causas de natureza fiscal afetas à Procuradoria da Fazenda Municipal aquelas relativas a tributos de competência do Município, inclusive infrações referentes à legislação tributária, apreensão de mercadorias, decisões de órgãos do contencioso administrativo fiscal, benefícios e isenções fiscais, créditos, estímulos fiscais, incidentes processuais suscitados em ações de natureza fiscal.

Art. 2º - Fica criado o cargo de comissionado de Procurador Chefe da Fazenda Municipal com as seguintes características:

NOMENCLATURA	N. VAGAS	CLASSE DE VENCIMENTO	VENCIMENTO
PROCURADOR CHEFE DA FAZENDA MUNICIPAL	01	CC-1	R\$ 3.715,21
Requisitos para nomeação: curso superior de graduação em direito e registro na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB			

RECEBEMOS
EM 21/02/17

Câmara Municipal de Pontalina

Atribuições: atuar na execução da dívida ativa tributária e não tributária; representar o Município nos assuntos fiscais e tributários; chefiar a Procuradoria da Fazenda Municipal e superintender suas atividades jurídicas; propor ao Prefeito, por intermédio do Secretário de Fazenda Municipal, a declaração de nulidade de atos da Administração Direta que guardem pertinência com a Procuradoria da Fazenda Municipal; desistir, transigir, firmar compromissos e reconhecer pedidos nas ações de interesse da Procuradoria da Fazenda Municipal, à luz do princípio maior da indisponibilidade dos bens públicos; encaminhar à aprovação do Prefeito os atos declaratórios que guardem pertinência com as atribuições da Procuradoria da Fazenda Municipal; propor ao Prefeito, por intermédio do Secretário de Fazenda, alterações na legislação tributária, com vistas a aperfeiçoar a arrecadação e eficiência da Procuradoria da Fazenda Municipal; decidir sobre a inclusão de débito no rol das cobranças inviáveis, mediante pronunciamento fundamentado, quando o prosseguimento das diligências se afigure antieconômico; autorizar o parcelamento de débitos inscritos na dívida ativa ou não passíveis de inscrição, conforme disciplinado pela Secretaria de Finanças ou Poder Executivo municipal; e desempenhar outras atividades semelhantes à chefia e coordenação da procuradoria da fazenda municipal.

Parágrafo Único - O cargo mencionado no *caput* passa a integrar o quadro de cargos comissionados de que trata o anexo único da Lei Municipal n. 1239/09.

Art. 3º - São alterados os artigos 21 e 43 da Lei Municipal nº 1.239/09 os quais passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 21.º - O Sistema Administrativo da Prefeitura Municipal de Pontalina compõe-se, basicamente, dos seguintes órgãos:

1 – Órgãos de Assessoramento:

- 1.1. Gabinete do Prefeito
- 1.2. Procuradoria Jurídica
- 1.3. Controladoria Geral
- 1.4 Procuradoria da Fazenda Municipal**

2 – Órgãos de Administração Específica:

- 2.1. Secretaria Municipal de Administração e Infraestrutura;
- 2.2 Secretaria de Finanças e Planejamento;
- 2.3. Secretaria de Comunicação, Turismo, Indústria e Comércio;
- 2.4. Secretaria de Saúde;
- 2.5. Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;
- 2.6. Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Pesca; e
- 2.7. Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação.

Art. 43 – *Integram a estrutura básica da Secretaria de Finanças os seguintes órgãos:*

- 1 – Departamento de Tesouro Municipal
- 2 – Departamento de arrecadação Tributária
- 2.1 – Divisão de Divisão de Fiscalização
- 2.2 – Divisão da Dívida Ativa
- 3 – Procuradoria da Fazenda Municipal"**

Art. 4º - São prerrogativas inerentes ao cargo de Procurador Chefe da Fazenda Municipal:

RECEBEMOS
EM 21/02/17

I – As vedações e as incompatibilidades previstas na Lei 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia);

II - Não ser constrangido de qualquer modo a agir em desconformidade com sua consciência ético-profissional;

III – Requisitar, sempre que necessário, auxílio e colaboração das autoridades públicas para o exercício de suas atribuições;

IV – Requisitar das autoridades competentes certidões, informações e diligências necessárias ao desempenho de suas funções;

V – Ingressar livremente em qualquer edifício ou recinto onde funcione repartição pública do Município e requisitar documentos e informações úteis ao exercício da atividade funcional;

VI - autonomia em seus pareceres atinentes à sua área de atuação.

Parágrafo Primeiro - É defeso ao Procurador Chefe da Fazenda Municipal exercer as suas funções em processo judicial ou administrativo em que for parte; haja atuado como advogado de qualquer das partes ou seja interessado seu cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até terceiro grau.

Parágrafo Segundo - Observado os critérios estabelecidos no Art. 85 do Código de Processo Civil (Lei n 13.105/15) o ocupante do cargo de Procurador Chefe da Fazenda Municipal terá direito à partilha das verbas de sucumbência com os demais profissionais atuantes.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/02/17.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Pontalina, 10 de fevereiro de 2017.



MILTON RICARDO DE PAIVA
Prefeito

RECEBEMOS
EM 21/02/17

Câmara Municipal de Pontalina



JUSTIFICATIVAS

Godói
APPROVADO
03 / 03 / 17
Presidente

Ilma. Sra.
JOANA DÁRC DE GODOI
DD. Presidente da Câmara Municipal de Pontalina -GO.

Assunto: Projeto de lei que Cria Cargo de Procurador Chefe da Fazenda Pública Municipal e dá outras providências.

Senhora Presidente,

Senhores Vereadores,

Sirvo do presente para enviar-lhe em anexo o projeto de lei complementar nº 129 datado de 10 de fevereiro de 2017, que versa sobre a criação do Cargo de Procurador chefe da Fazenda Pública Municipal.

O presente projeto de lei tem por finalidade a criação da Procuradoria da Fazenda Municipal que funcionará como órgão específico de assessoramento perante a Secretaria Municipal de Finanças.

Além disso, o projeto de lei cria 01 (um) cargo comissionado de Procurador Chefe da Fazenda cuja atribuição será a coordenação e controle dos processos administrativos tributários e das ações de execução fiscal em tramitação ou que forem ajuizadas na comarca local visando maior eficiência e controle da dívida ativa municipal e aumento na receita municipal.

Ressalta-se que a criação de uma vaga para o cargo supracitado não causará impacto no orçamento em vigor ou nos dois anos subsequentes, uma vez que a despesa poderá ser compensada com o aumento na arrecadação local proporcionado com o desempenho das atribuições e competências da Procuradoria da Fazenda Municipal.

Finalmente, justificamos que a mencionada despesa com admissão de pessoal está prevista no PPA, LDO e LOA do município, sendo atendidas as exigências previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dessa forma, considerando que o projeto de lei atende o interesse público, solicitamos a aprovação da matéria pelos nobres edis que compõem esta Casa Legislativa.

Atenciosamente;

Milton Ricardo de Paiva
MILTON RICARDO DE PAIVA
PREFEITO

RECEBEMOS
EM 21/02/17
[Assinatura]
Câmara Municipal de Pontalina



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTALINA

O PODER DA CIDADANIA


= COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL =

PARECER

APPROVADO
03 / 03 / 17
Presidente

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, recebeu por distribuição, para estudo e emissão de Parecer, o Projeto de Lei Complementar nº 001/17 que "Cria o órgão de assessoramento da Procuradoria da Fazenda Pública Municipal, cria cargo comissionado de Procurador da Fazenda, altera a Lei Municipal nº 1.239/09 e dá outras providências", de autoria do Poder Executivo; Após analisarem minuciosamente o Projeto em epígrafe, emitiram parecer pela legalidade e constitucionalidade do mesmo.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Pontalina, ao 01(Primeiro) dias do mês de Março de 2.017.


= WEMERSON WERLER VIEIRA =
Presidente.


= NOEDSON SANTIAGO DA SILVA =
Relator.


=LAURO FERNANDES CORREIA =
Membro.



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PONTALINA

illegible signature
APROVADO
03 / 03 / 22
Presidente

O PODER DA CIDADANIA

COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E ECONOMIA

PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001/2017

I – RELATÓRIO

O presente parecer tem por objeto o Projeto de LC nº 001/2017, de autoria do Prefeito Municipal de Pontalina, Sr. Milton Ricardo de Paiva, que “Cria o Órgão de assessoramento da Procuradoria da Fazenda Municipal, cria o cargo comissionado de Procurador da Fazenda, altera a Lei Municipal nº 1.239/2009 e dá outras providências”.

A propositura em questão foi apresentada em Plenário, e em continuidade ao processo legislativo foi encaminhada a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Economia, para análise de seus aspectos de caráter financeiro e tributário, nos termos do disposto pelo artigo 73 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pontalina-GO.

Recebida a propositura pela Comissão de Finanças, Orçamento e Economia, foi designado como Relator o Vereador, Sr. José Eurípedes Alves.

VOTO DO RELATOR

Inicialmente, verifico que foi observado que a matéria apresentada tem natureza financeira definida no art. 73, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pontalina, tendo em vista se refere a proposição que altera a despesa do Município, cuja despesa já está prevista nas Leis Orçamentárias Municipais; estando, desta forma, em condições de ser aprovado no que diz respeito aos aspectos que cumpre a esta Comissão analisar.

Analiso, ainda, que o conteúdo do Projeto de LC nº 001/2017 apresentado é de interesse público e atende aos anseios da sociedade, visto que trata da criação da Procuradoria da Fazenda Municipal, sendo necessário a Prefeitura apresentar esse projeto de lei.

illegible signature



**PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PONTALINA**

O PODER DA CIDADANIA

Supra
APROVADO
03 / 03 / 17
Presidente

Na justificativa da propositura ficou consignado que a criação do órgão de assessoramento não causará impacto no orçamento, tendo vista que a Administração poderá compensar a despesa com aumento da arrecadação local.

Em face do exposto, considero o Projeto de LC nº 001/2017 pela compatibilidade orçamentária da propositura, sendo o meu voto favorável à aprovação.

VOTO DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E ECONOMIA

Apresentado o Voto do Vereador Relator, a Comissão de Finanças, Orçamento e Economia, reuniu-se no dia 01/03/2017, e após discutida a matéria, decide acolher o parecer do Relator, manifestando pela compatibilidade orçamentária da propositura e, no mérito, pela aprovação do Projeto de LC nº 001/2017.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Pontalina, ao 01º dia do mês de março do ano de 2017.

RONILTO DE OLIVEIRA

Presidente

JOSÉ EURÍPEDES ALVES

Relator

RENATO CASSIMIRO DE ALMEIDA

Membro